

Minuta

## PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda nº 2-S, apresentada, em turno suplementar, ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.595, de 2019, do Senador Flávio Arns, que *institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.*

Relatora: Senadora **ZENAIDE MAIA**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Emenda nº 2-S, apresentada, em turno suplementar, ao substitutivo ao Projeto de Lei (PL) nº 3.595, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns.

Na 30ª Reunião Ordinária da CCJ, realizada em 4 de setembro do corrente ano, a Comissão aprovou o relatório de minha autoria, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do PL nº 3.595, de 2019, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), vindo a constituir o Parecer (SF) nº 79, de 2024, da CCJ.

Tendo em vista a aprovação do projeto nos termos do substitutivo, ficou a matéria sujeita a turno suplementar e foi aberto prazo para emendas em turno suplementar até o final da discussão, conforme preconiza o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) em leitura combinada do art. 282 com o art. 92.

Na 31ª Reunião Ordinária da CCJ, ocorrida em 16 de outubro, foi a matéria submetida a turno suplementar. Nessa mesma data, foi apresentada a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Flavio Azevedo.

## II – ANÁLISE

Entendemos que a **Emenda nº 2-S**, apresentada em turno suplementar pelo Senador Flavio Azevedo, vai na contramão da proposta inicial ao tornar facultativa a reserva de vagas que o PL propõe como obrigatória, descaracterizando o objetivo do PL nº 3.595, de 2019.

Opinamos que a emenda não deve ser acolhida, pois a intenção do projeto foi a de garantir, sem dispensar o processo seletivo estabelecido em edital e as regras dispostas em regulamento, que pelo menos um mínimo de cinco por cento das vagas das maiores contratações da Administração Pública, com cem postos de trabalho ou mais, ficasse reservado para as mulheres vítimas de violência doméstica, por todas as razões de mérito já anteriormente expostas no Parecer nº 79, de 2024, da CCJ. Ao tornar esse percentual apenas facultativo e não obrigatório, a Emenda nº 2-S, na prática, não contribuiria para o problema que a nova legislação visa solucionar e de nada diferiria do que já está previsto na Lei de Licitações e Contratos, que dispõe que o edital *poderá*, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica. A emenda, portanto, desvirtua a intenção inicial do projeto de lei, além de revogar a previsão já disposta na Lei nº 14.133, de 2021, para os egressos do sistema prisional, que não era o foco da proposta.

## III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **rejeição** da Emenda nº 2-S, apresentada, em turno suplementar, ao substitutivo ao PL nº 3.595, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora